

## Em clima inflamado, categoria elege dez delegados para Ampliada da Fenajufe

Em assembleia realizada em 18 de agosto, às 12h, em frente a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), na avenida Rio Branco, dez servidores foram eleitos para a delegação que vai representar toda a categoria do Estado do Rio na Reunião Ampliada da Fenajufe, no próximo dia 25, em Brasília. A reunião marca a retomada de mobilização da categoria em defesa da aprovação do reajuste salarial de 54,6%, previsto no PL 6.613/2009



Foto: Tatiana Lima

**A** assembleia para eleição dos delegados transcorreu ainda no clima da recente disputa eleitoral com discursos inflamados por participantes de três linhas políticas: membros da direção do Sisejufe e servidores em defesa do PL 6613 (chapa 1); defensores da Comissão Pró-subsídio (chapa 2); além de membros da oposição da atual gestão do sin-

dicato (Conlutas). Estes últimos afirmam “serem também a favor da aprovação do PCS4”. A oposição, contudo, não apresentou inscrição de chapa.

Por 98 votos, a chapa 1 (PL 6613), elegeu sete delegados. “A categoria rejeita o subsídio mais uma vez”, declarou após a totalização dos votos o diretor-presidente Roberto Ponciano. A chapa 2 (Pró-subsídio), com

39 votos, conseguiu eleger três representantes para a Ampliada. A oposição optou pela abstenção, totalizando três votos. A contagem foi realizada por representantes de ambas as chapas inscritas.

O servidor Mário César Pacheco, após a votação e contagem dos votos, discursou sobre a importância da participação de toda a categoria neste momento de

luta e pregou a democratização. “O importante nesta assembleia foi conseguirmos a presença de todos e um movimento democrático. O subsídio perdeu hoje, porque a categoria mostrou que prefere e defende o PCS, mas o essencial foi a participação. Em primeiro lugar somos servidores. É necessário garantir a democracia que pressupõe a decisão da maioria”, destacou Pacheco.

Os representantes da categoria eleitos foram os seguintes: Chapa 1 (PL 6613) – Edson Mouta, Mariana Liria, Roberto Ponciano, Marcos André Leite Pereira, Fabiano Nobre, João Cunha, Carlos Alberto Osório. Suplentes: Moisés Leite e Carlos Henrique Ramos. Chapa 2 (Pró-subsídio) – Orlando Lima Cardoso, Rafael Farias, Ricardo Loureiro. Suplente: Leandro Adena.

### “A lição que fica é que a categoria e o Poder Judiciário não apoiam o subsídio”, diz diretor sindical

Durante a assembleia a comissão Pró-subsídio destacou que a Fenajufe não esteve presente na audiência pública sobre os Planos de Cargos e Salários, que aconteceu na Câmara dos Deputados, na quarta-feira, 17 de agosto, na qual membros da comissão estiveram. A comissão ainda, questionou o posicionamento da Federação e da Direção do Sisejufe em não participar do evento. No entanto, o próprio STF também não esteve na audiência. Através de ofício enviado, o STF destacou que “o PL 6.613/2009 já foi amplamente debatido em audiência da Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público (CTASP)”.

“Cezar Peluso não tem mais o que justificar para o governo federal e para ninguém acerca dos interesses do processo de lei

que reajusta os salários da nossa categoria. Portanto, o processo de esclarecimento do STF já está definido. E ele afirma que ‘o PL 6613 é a única alternativa para o aumento dos servidores’. A lição que fica é que a categoria e o Poder Judiciário não apoiam o subsídio”, expôs o diretor sindical João Cunha – um dos membros da direção que estiveram em Brasília para mobilização da aprovação do PL 6613.

Para o diretor sindical Ricardo de Azevedo Soares, o questionamento da Comissão Pró-subsídio não tem base, pois a não participação da direção do Sisejufe e da Federação se deve ao momento político em defesa da luta pela aprovação do PCS. “Com o envio da nota em não participar da audiência pública ocorrida ontem (17 de agosto), o STF reafirmou a defesa do PL

6613. A audiência só serviria para atrasar ainda mais a aprovação do PL 6613. E o STF de maneira coerente não participou. O PL 6613 é o nosso objetivo”, avaliou o diretor.

Segundo Ricardo de Azevedo Soares, a Comissão Pró-subsídio “não tem mais no que se pautar”, pois o MPU também já mandou a proposta orçamentária, afirmando o pagamento do PL 6617. Essa é a realidade única e crua. Eles se garantiam no MPU, mas o MPU também não defende o subsídio. É PL 6613 Já”, defendeu de forma inflamada ao final do discurso.

E completou: “O Sisejufe, de forma democrática, tem atendido o anseio da categoria que em várias assembleias nas portas dos foros tem reafirmado o apoio ao PL 6613. Essa reafirmação foi feita em alto e bom som pelo Poder Judiciário. A seção administrativa não só enviou a dotação orçamentária para o pagamento do PL 6613, como definitivamente enterrou qualquer possibilidade de defesa do subsídio”, disse o diretor sindical Ricardo de Azevedo Soares.

Já o diretor sindical João Mac-Cormick enfatizou que, a Comissão Pró-subsídio não

participou da sessão da CTASP sobre a votação do projeto de previdência complementar. A pressão de servidores de diversos estados, fez a votação ser adiada. A CUT defende como limite 20 salários mínimos. “A CUT não quer rebaixar o teto de aposentaria do servidor público. Essa decisão não afetará os servidores antigos porque caso seja aprovada não será implementada para este funcionários. Porém, eu e outros membros da direção estávamos lá, porque somos solidários”, informou o diretor. [Tatiana Lima]

#### LEIA TAMBÉM

**Supremo afirma: PL 6613 é a única alternativa**

Páginas 6 e 7

**Chapa 1– MAIS Sisejufe vence a eleição sindical**

Páginas 8 a 11

**A Comissão Eleitoral presta contas**

Página 12

## Pressão na CFT pelo PCS4

O diretor-presidente do Sisejufe, Roberto Ponciano, na tarde de terça-feira, 9 de agosto, esteve em Brasília, realizando um trabalho de corpo a corpo com representantes da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, em prol da aprovação do PCS4. Naquela tarde, às 16h, Ponciano teve reunião com o deputado federal Roberto Policarpo, relator do PL 6.613/2009. À noite, Ponciano esteve reunido, no Supremo Tribunal Federal (STF) como o secretário de Recursos Humanos, Amarildo Vieira, e com o Diretor Geral do STF, Alcides Diniz (leia reportagem nesta edição).

## Previdência complementar para servidores é retirada de pauta

A pressão de centenas de servidores de várias categorias garantiu que o Projeto de Lei 1.992/2007 fosse retirado da pauta da sessão de quarta-feira, 10 de agosto, da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados. Durante a reunião, dirigentes de diversas entidades do funcionalismo federal e de centrais sindicais, como a CUT Nacional, protestaram contra a aprovação do projeto, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos. Segundo os representantes das categorias presentes na manifestação, a proposta, ao implementar os fundos de pensão, abrirá espaço para a privatização do sistema previdenciário.

Depois de vários deputados se posicionarem contrários ao PL 1.992 e pressionado pelos servidores presentes, o presidente da CTASP, deputado Sílvio Costa (PTB-PE), retirou o projeto da pauta. Os coordenadores da Fenajufe Jean Loiola, Jacqueline Albuquerque, Zé Oliveira, Ana Luíza Figueiredo, Pedro Aparecido, Cleo Vieira, Paulo Falcão, Iracema Pompermayer, Luis Cláudio, Fátima Arantes, Gérner Matos, Joaquim Castrillon e Evilásio Dantas acompanharam a sessão juntamente com representantes do Sindijufe-MT, Sindjus-DF, Sindjufe-BA, Sintrajufe-RS, Sitraemg-MG, Sinje-CE, Sintrajufe-CE, Sindissétima-CE, Sintrajuf-PE, Sintrajufe-MA, Sitra-AM/RR e Sindjus-AL. O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano também esteve presente à sessão.



## Presidente nacional da CUT declara apoio ao PL 6613

### Movimento Sindical

### Artur Henrique conversou com o diretor do Sisejufe no Congresso

Em 10 de agosto, o diretor-presidente do Sisejufe, Roberto Ponciano, colheu o apoio do presidente nacional da CUT Artur Henrique à aprovação do PL 6613. Segundo Artur Henrique, nas conversas que ele teve naquela manhã com parlamentares e membros do Executivo, além da pauta geral da central, como Negociação Coletiva, Redução da Jornada e retirada do PLP 549, ele cobrou também a aprovação do PL 6613 – que significa o PCS4 do Judiciário Federal. O presidente nacional da CUT lembrou que a crise de 2008 foi vencida com uma receita antirrecessão que, dentre outras medidas, trazia o aumento do crédito, do salário mínimo, a extensão da Bolsa-Família e o cumprimento de todos os acordos de pagamento de aumento aos servidores públicos. Para Artur Henrique, em lugar de aumentar a crise, as decisões políticas da época

Na quarta-feira, 10 de agosto, a CUT realizou mobilização e pressão sobre o Congresso, o governo federal e o TST com o objetivo de pressionar pelo encaminhamento e aprovação de matérias de interesse da classe trabalhadora. Centenas de dirigentes sindicais de todas as categorias, setores econômicos e regiões do País estiveram na Capital Federal e realizaram panfletagens nos gabinetes e corredores da Câmara e do Senado, além de entregar a pauta de reivindicações para representantes do governo Dilma e realizar audiência com os ministros do TST

ajudaram a sair dela já que mais dinheiro no bolso do trabalhador ativa o mercado e própria presidenta Dilma estimulou a continuidade do consumo em discurso na semana passada. “Portanto, a CUT está junto na luta pela aprovação do PL 6613”, disse Artur Henrique.

A pauta dos trabalhadores cutistas naquele dia de mobilização foi: aumento reais de salário neste segundo semestre; reforma tributária: quem ganha menos, paga menos, quem ga-

nha mais, paga mais; redução da jornada para 40 horas semanais, sem redução de salário; todos os direitos trabalhistas para quem é terceirizado; fim do fator previdenciário e criação do fator 85/95; melhores aumentos para todas as aposentadorias; reforma política: fim das doações de empresas e bancos para candidatos a cargos públicos; 10% do PIB para a educação pública, já!; comida mais barata para o povo: reforma agrária e valorização

da agricultura familiar; fim da violência no campo; fim do imposto sindical e criação da contribuição sobre a negociação coletiva; trabalho decente para todos; negociação coletiva no setor público: ratificação da Convenção 151 da OIT; fim da rotatividade: convenção 158 da OIT; liberdade e autonomia sindical: ratificação da Convenção 87 da OIT.

[Henri Figueiredo/Sisejufe e Isaías Dalle/CUT Nacional]

**Contraponto**

**SISEJUFÉ:** Filiado à FENAJUFE e à CUT  
**SEDE:** Av. Presidente Vargas 509/11º andar  
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003  
**TEL./FAX:** (21) 2215-2443  
**PORTAL:** <http://sisejufe.org.br>  
**ENDEREÇO:** [imprensa@sisejufe.org.br](mailto:imprensa@sisejufe.org.br)

**DIRETORIA:** Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramillo Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga.  
**ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

**REDAÇÃO:** Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima (32631/RJ)  
**DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Vera Miranda – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em Papel Reciclado. 8,4 mil exemplares.

# Dirigente sindical aponta vitória da consciência política

## Eleições sindicais

## Com a superação do quorum estatutário, diretor do Sisejufe faz análise dos números

Com a superação do quorum estatutário das eleições (no mínimo 50% dos aptos a votar durante os três dias do pleito), o dirigente sindical Roberto Ponciano divulgou uma nota em que avaliava que o sindicato havia saído vitorioso da primeira batalha desta eleição. “Pela primeira vez um sufrágio sindical enfrentou e derrotou um movimento de boicote: a Comissão Pró-Subsídio (CPS) organizou uma campanha em que pregava a abstenção para impedir a contagem dos votos e a posse de uma nova diretoria. A ideia dos defensores do subsídio era forçar a realização dos três

Leia cobertura completa das eleições nas páginas 8 a 12



Foto: Henri Figueiredo

**Participação:** mais uma vez a categoria dos servidores do Judiciário Federal legitimou o processo eleitoral do seu sindicato

pleitos previstos no estatuto (o que aumentaria muito o custo da eleição) e, ao fim, tornar inviável o funcionamento do sindicato exigindo, segundo eles, um novo pleito”, escreveu Ponciano. Ele lembrou que os representantes da CPS foram informados de todos os prazos do processo eleitoral: “Ainda assim, eles preferiram não disputar a eleição com nenhuma chapa”.

Para Roberto Ponciano, que encerra um ciclo de duas gestões como diretor-presidente (ele deve agora intensificar sua atuação nos setores de Formação e Imprensa; e atendimento ao Interior), alguns números do pleito precisam ser contextualizados. “Do total de 4.928 aptos a votar, 917 estavam listados na urna da sede do sindicato – em que a imensa maioria são aposentados cuja localização e participação nas eleições é mais difícil, ainda que a entidade tenha feito contato via telegrama, telefonemas e o impresso via Correio. Dos 2.840 votos contabilizados até as 22h de quinta-feira, 4 de agosto, cerca de 60 são de servidores inativos. Analisando os números dos servidores da ativa, o quorum sobre um total de 4.011 alcança 70% dos servidores aptos a votar. De acordo com informações extraoficiais, vinda de servidores dos Setores de Pagamento, cerca de 15% dos servidores tiram férias nessa época para acompanhar os filhos. Numa análise qualitativa, mais de 80% da mão de obra ativa e sindicalizada do Judiciário Federal no Rio de Janeiro preferiu votar”, calcula Ponciano.

“A tentativa de deslegitimar as eleições sindicais, se transformou num ato cívico da categoria de celebração da democracia. Aqueles que estão desacostumados com um pleito democrático, limpo e transparente, tomaram uma dura lição das urnas: não se substitui um movimento real dos trabalhadores, que tem histórico de lutas e conquistas, por nenhum movimento meramente virtual que se dá principalmente no âmbito da internet”, diz Ponciano.

### PLANILHA DE APURAÇÃO – ELEIÇÕES SISEJUF 2011-2014 – DIRETORIA

SEÇÃO/URNA	LOCAL	Nº VOTANTES	CHAPA 1	CHAPA 2	VOTOS BRANCOS	VOTOS NULOS
1	1- SISEJUF	46	34	12	0	0
2	2- TRF- ACRE	315	132	179	0	4
52	52- TRF- ACRE	259	110	144	1	4
3	3- JF/RB – ANEXO 1	137	120	16	0	1
4	4- JF/RB – ANEXO 2	181	124	55	1	1
41	41- JF/ALM BARROSO	141	90	46	1	4
5	5- JF/VENEZ – BLOCO A	93	74	17	1	1
6	6- JF/VENEZ – BLOCO B	191	133	52	2	4
7	7- TRT – ANT CARLOS	70	42	27	0	1
8	8- TRT – AUG SEVERO	21	6	15	0	0
9	9- TRT – LAVRADIO	57	36	20	0	1
10	10- TRT – GOMES FREIRE	6	2	4	0	0
11	11- TRE – PRES WILSON	243	95	145	2	1
12	12- RIO/TRE – TIJUCA	17	10	7	0	0
13	13- RIO/TRE – COPA	25	16	9	0	0
14	14- RIO/TRE – J BOTANICO	18	11	7	0	0
16	16- SÃO J DE MERITI	68	50	14	0	4
19	19- NITEROI	64	53	11	0	0
33	33- CAMPOS	38	36	2	0	0
51	51- SÃO JOÃO DE MERITI	12	5	7	0	0
17	17- NOVA IGUAÇU	53	30	21	0	2
18	18- DUQUE DE CAXIAS	51	26	25	0	0
20	20- NITERÓI HIBRIDA	57	29	28	0	0
21	21- SÃO GONÇALO	73	38	33	2	0
22	22- ITABORAÍ/RIO BONITO	15	11	2	1	1
23	23- METROPOLITANA	13	5	6	0	0
24	24- SERRANA 3	21	7	13	0	1
25	25- TERESÓPOLIS	19	16	3	0	0
26	26- NOVA FRIBURGO	30	17	12	0	1
48	48- BAHÍA DA ILHA GR	10	7	2	1	0
34	34- COSTA VERDE	6	2	4	0	0
27	27- TRÊS RIOS	12	9	3	0	0
29	29- VOLTA REDONDA	28	16	11	0	1
30	30- RESENDE	24	9	14	0	1
31	31- S PEDRO DA ALDEIA	21	15	6	0	0
32	32- MACAÉ	26	11	15	0	0
50	50- GRANDE CAMPOS	19	12	7	0	0
28	28- ITAPERUNA	18	15	3	0	0
15	15- BAIXADA FLUMIN	19	6	13	0	0
42	42- SERRANA 2	12	1	11	0	0
40	40- SERRANA 2	5	0	4	0	1
43	43- SUL FLUMINENSE 1	15	1	5	0	9
46	46- SUL FLUMINENSE 2	15	7	8	0	0
44	44- REGIÃO DOS LAGOS	24	8	12	2	2
45	45- NORTE FLUMINENSE	10	1	8	0	1
35	35- CAP GR CENTRO SUL	54	21	32	0	1
36	36- CAP Z NORTE 1	36	10	24	0	2
37	37- CAP Z NORTE 2	12	4	8	0	0
53	53- CAP Z NORTE 3	31	8	22	0	1
38	38- CAP ZONA OESTE 1	18	10	6	1	1
49	49- CAP ZONA OESTE 2	19	0	19	0	0
54	54- CAP ZONA OESTE 3	16	3	13	0	0
	<b>TOTAL</b>	<b>2784</b>	<b>1534</b>	<b>1182</b>	<b>15</b>	<b>53</b>

## Notas Sindicais

### Diretor do Sisejufe discute ascensão funcional na Câmara

Em 11 de agosto, feriado para o Judiciário, o diretor-presidente do Sisejufe Roberto Ponciano cumpriu agenda parlamentar no Congresso Nacional. Desde o dia 9 de agosto em Brasília, Ponciano fez contatos políticos com deputados para tratar de assuntos como aprovação do PL 6.613/2009, a isonomia dos chefes de cartório, a remoção no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), ascensão funcional e da plataforma dos trabalhadores da CUT, como reprovação da previdência complementar dos servidores públicos, retirada do PL 549 do Congresso, aprovação da convenção 158 da OIT). O diretor do Sisejufe também foi ao gabinete da deputada Andréia Zito.

Embora presentes na reunião da CTASP do dia 10 de agosto, a deputada Andréia Zito e o diretor Roberto Ponciano não puderam discutir sobre a PEC 34/07 por conta da extensa pauta da comissão e das agendas do dirigente sindical no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no Superior Tribunal Federal (STF). A reunião ocorreu no dia 11 de agosto, com o chefe de gabinete da deputada, professor Hermano Tavares, em função da mesma estar retornando para o Rio de Janeiro para cumprir agenda no estado.

Na conversa, tanto o chefe de gabinete, quanto o diretor do Sisejufe concordaram que a PEC 34 não pode servir para a volta dos chamados “trens da alegria”, mas sim para regulamentar

um direito e um instituto que foi soterrado pelo seu péssimo uso. O chefe de gabinete declarou que a sociedade só aceita a ascensão funcional se for com critérios claros e definidos e isto, vem de encontro ao substitutivo construído pelos trabalhadores e pelo então deputado Luiz Eduardo Greenhalgh.

### Isonomia dos chefes de cartório e concurso de remoção no TSE

O Sisejufe esteve reunido em 10 de agosto, com a Secretaria de Gestão de Pessoas do TSE, Ana Claudia Braga Mendonça, para tratar da isonomia dos Chefes de Cartórios de interior. Questionada pelo diretor sindical Roberto Ponciano sobre o processo que está em tramitação no TSE, que trata exclusivamente de conceder isonomia, através da FC-6 aos chefes de cartórios do interior – o que aumentaria também a FC dos chefes da capital – a secretária informou que o processo está finalizado, já com os estudos de impacto orçamentário, com a relatora, ministra Carmem Lúcia. Informou também que a ministra não requereu nenhum outro estudo. A relatora deve ser a próxima Presidente do TSE.

Ana Cláudia informou também que o TSE pediu informações sobre o andamento do PL 319, que trata do Adicional de Qualificação para os Técnicos Judiciários e sobre a redistribuição de servidores. A secretária aposta na demora da apreciação na matéria, dado que o TSE está organizando

o plebiscito referente à criação de novos dois estados dividindo o Pará. Ana Cláudia informou ainda que se encontra com a ministra Carmem Lúcia o processo que trata da criação de cargos para as 166 Zonas Eleitorais já criadas e criação de mais cargos para a Justiça Eleitoral.

Roberto Ponciano relatou também que pediu reunião com o Presidente do TRE, Luiz Zveiter, para tratar da questão do concurso de remoção, pois chegaram reclamações ao sindicato de que servidores teriam sido preteridos na remoção, sem o devido concurso. Ana Cláudia sugeriu que se fizesse uma reunião com a Secretaria de Gestão de Pessoas do Rio de Janeiro para averiguar o procedimento, já que o concurso é regulamentado a nível nacional. O Sisejufe já pediu a reunião com o Presidente do TRE, e ainda aguarda agenda.

### Ministra Gleisi e presidente do TST prometem ajudar pelo fim do imposto sindical

Ao receber, na tarde do dia 10 de agosto, uma delegação da CUT, a ministra Gleisi Hofmann garantiu que vai reunir todas as pendências na Casa Civil que foram cobradas pela Central, e providenciar encaminhamento. O presidente da CUT, Artur Henrique, lembrou que o projeto de lei que acaba com o imposto sindical e que cria em seu lugar a contribuição sobre a negociação coletiva, a ser aprovada em assembleia, deve

ser encaminhado ao Congresso pela Casa Civil.

O fim do imposto e a criação da contribuição negocial foram objeto de um acordo público e documentado entre todas as centrais, em 2008, após o reconhecimento legal das entidades. Esse acordo foi assinado no Ministério do Trabalho e, pelos trâmites do Executivo, deve passar pela Casa Civil antes de ir ao Congresso.

Antes do encontro com Gleisi, a delegação da CUT já havia se reunido com o presidente do TST, João Oreste Dalazen. O magistrado foi enfático ao defender o fim do imposto sindical e ao se colocar à disposição para ajudar a CUT nessa luta: “Acho a manutenção do imposto sindical uma excrescência num país que quer continuar avançando. Estou disposto a encampar essa iniciativa da CUT”. Dalazen diz concordar com a criação da contribuição a ser aprovada pelos trabalhadores em assembleia. E propôs a realização de um seminário, a ser promovido pelo TST, para “desencadear” esse processo. Ele acredita ser possível chamar o debate até novembro. [CUT Nacional]

### Debate fortalece a luta em defesa do serviço público

A luta em defesa do serviço público saiu mais fortalecida após evento promovido pelo Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal-RJ), Sindicato Nacional

dos Servidores Federais da Superintendência de Seguros Privados (SindSusep) e Sindicato Nacional dos Servidores da CVM (SindCVM), em 11 de julho. Com a participação de mais de 200 pessoas, que lotaram o auditório do Banco Central, no Centro do Rio, entre representantes de entidades de vários segmentos do funcionalismo público, servidores e parlamentares convidados, o debate “Em Defesa do Serviço Público”, que contou com apoio do Sisejufe e da Fenajufe, marcou nova etapa nas discussões e na organização do trabalho contra a tramitação de propostas no Congresso Nacional que afetam diretamente a categoria como o Projeto de Lei Complementar 549/09 e o Projeto de Lei 1.992/07.

### Extinção do cargo de auxiliar judiciário

Em reunião na terça-feira, 23 de agosto, o coordenador-geral da Fenajufe Zé Oliveira, em conjunto com o diretor do Sindiquinze-SP José Aristeia, esteve com o relator do PL 1868/11 (que extingue o cargo de auxiliar judiciário na Justiça do Trabalho), deputado Roberto Santiago (PV-SP). No encontro, o dirigente da Federação entregou um memorial que pontua os argumentos contrários à aprovação do projeto. Zé Oliveira também falou da preocupação que a Fenajufe tem sobre como ficará a situação dos servidores auxiliares judiciários, caso o cargo seja realmente extinto.



**Arraiá do Sisejufe recebeu o grupo Raiz do Sana** – Em 1º de julho, o sindicato realizou o 21º Botequim do Sisejufe, na avenida Rio Branco, Centro do Rio. Cerca de 400 servidores compareceram ao Arraiá do Sisejufe que teve o grupo Raiz do Sana comandando o arrasta-pé. Saias rodadas, chapéus de palha, comidas e bebidas típicas deram o tom do evento.



## Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sisejufe (triênio 2008-2011) se despede com confraternização e luta

A próxima reunião do Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sisejufe acontece na próxima terça-feira, 30 de agosto, às 15h, na sede do sindicato, em clima de despedida. Este será o último encontro da direção do triênio 2008-2011 à frente do Núcleo. “Mas nesta despedida não haverá choro e muito menos desanimação. Vamos confraternizar para celebrar todas as realizações que o Núcleo. Foram atividades promovidas em prol da saúde, do bem estar e da luta pela garantia e permanência de direitos dos servidores ativos, aposentados e pensionistas”, disse a coordenadora do Núcleo, Lucilene Lima. E concluiu: “Espero a participação de todos!”.

Prova da garra dos aposentados e pensionistas do Judiciário Federal é que no mesmo dia da reunião, 30 de agosto, após a confraternização, uma delegação composta por seis servidores aposentados e uma pensionista

viajam rumo à Brasília para participar do Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas. O evento é organizado pelo Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap). Os delegados foram eleitos para representar toda a categoria fluminense através de votação, na última reunião do Núcleo realizada em 26 de julho.

O Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas acontece em 31 de agosto, no auditório Petrônio Portela, no Senado Federal. Contará com a presença de diversos deputados e senadores a favor das PECs: 555/2006 que altera o artigo 4º da Emenda Constitucional 41/2003, extinguindo a injusta cobrança de contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas; além da PEC 270/2008 que acrescenta o parágrafo 22 do artigo 40 da Constituição Federal, o direito



Foto: Tatiana Lima

**Aposentados:** no próximo dia 30 de agosto acontecerá a última reunião do núcleo durante a gestão do triênio 2008-2011

aos proventos integrais com paridade plena para os servidores aposentados por invalidez.

Ao longo do triênio 2008/2011, o Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sisejufe interagiu com toda a categoria. Promoveu aulas de dança de salão, embelezamento, palestra sobre os cuidados da saúde na terceira idade e ainda, palestra sobre o sistema remuneratório

dos servidores com base no Plano de Cargos e Salários e pelo sistema de subsídio. Desta forma, levou informação, diversão e arte a essa geração que prestou trabalho por diversos anos para a sociedade e o país.

Destaca-se ainda, o importante papel dos aposentados e pensionistas em defesa da aprovação do PL 6.613/2009. Muitos participaram e seguem

participando de atos e assembleias. Essa integração aconteceu a partir da atuação do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas. Além disso, os aposentados e pensionistas sindicalizados também deram exemplo durante a eleição para escolha da nova diretoria do Sisejufe (triênio 2011-2014). Muitos compareceram e exerceram o seu direito ao voto.

## Para protestar contra política de reajuste zero, servidores federais se reúnem em ato unificado na quarta-feira, 24 de agosto

Servidores de todos os setores do funcionalismo público federal estarão em Brasília na quarta-feira, 24 de agosto, para participar de mais um ato nacional unificado, organizado por centrais sindicais e pelas entidades que compõem o Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais. A manifestação, que também será realizada em conjunto com o Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), visa cobrar do governo federal retorno às reivindicações, apresentadas ao Executivo pelos servidores no início deste ano.

A Fenajufe considera fundamental a participação de toda a categoria, nesse momento em que o governo sinaliza com a possibilidade de manter a política de reajuste zero ao funcionalismo

público. Os ministros da Fazenda e do Planejamento, Guido Mantega e Míriam Belchior, respectivamente, e a própria presidente da República, Dilma Rousseff, têm dito, reiteradas vezes, que em uma função da crise econômica que toma conta dos Estados Unidos e da Europa a orientação é não aprovar projetos que gerem novos gastos para o governo.

Na avaliação da Fenajufe, a melhor resposta da categoria a essa política é uma forte mobilização e a participação intensa no ato unificado do dia 24 de agosto. Até o momento, já confirmaram presença 374 servidores de vários estados, mas a expectativa da Fenajufe é que esse número aumente para 500, uma vez que alguns sindicatos não confirma-

ram a quantidade de pessoas que virão. No caso específico do Judiciário Federal e do MPU, no ato a categoria vai cobrar do STF, da PGR e do Executivo a finalização das negociações e o fechamento do acordo orçamentário para votar os projetos, que se encontram na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. [Da Fenajufe – Leonor Costa]

**22º Botequim aconteceu em Campos** – Em 22 de julho, o Sisejufe promoveu, pela segunda vez, uma edição do Botequim do Sisejufe na cidade de Campos dos Goytacazes. Mais de 40 servidores compareceram ao Arraiá do Norte Fluminense, que contou com o grupo Forrots animando a festa, além de comidas e bebidas típicas.



# Supremo afirma: PL 66

**PCS**

**Segundo Diretor-Geral do Supremo Alcides Diniz, esta é a posição do pleno, que por**

Em mobilização realizada pelo Sisejufe em Brasília, em prol do PCS, o Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou que a proposta em negociação do Supremo para conceder reajuste aos servidores do Judiciário Federal é o PL 6.613/09 em parcela única. A informação foi passada pelo diretor-geral do STF, Alcides Diniz, em reunião em 10 de agosto, com o diretor-presidente do Sisejufe, Roberto Ponciano, o assessor parlamentar do sindicato, Alexandre Marques, e o secretário de Recursos Humanos do STF, Amarildo Vieira de Oliveira.

Na ocasião, Diniz reafirmou a posição do Supremo referente ao reajuste do funcionalismo do Poder Judiciário da União. Segundo Alcides Diniz, está é a posição do pleno, que por unanimidade aprovou a inclusão dos recursos na proposta orçamentária do STF para 2012, e que sequer a emenda do deputado Roberto Policarpo está sendo negociada agora.

De acordo com o diretor-geral, a recomendação do Supremo é que todos os tribunais do Poder Judiciário da União encaminhassem o impacto do PCS no orçamento para ser integralizado em uma única parcela a partir de janeiro de 2012, o que está sendo feito por todos. O projeto tem de constar na Lei Orçamentária Anual (LOA) até o dia 31 de agosto, ainda que o Executivo esteja fazendo de tudo para que o projeto pare, até mesmo bloqueando o acesso do Supremo ao sistema de processamento do orçamento.

Segundo Alcides Diniz, após a inclusão dos recursos orçamentários do PL 6613 na LOA, é necessário que a categoria, nos meses seguintes, faça sua parte e trabalhe contra a determinação política do Executivo de não aprovar o PL. Para Alcides Diniz, o Conselho da Justiça Federal (CJF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Superior Tribunal Militar (STM), o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJ--DF), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o

Tribunal Superior Eleitoral (TSE), já aprovaram ou irão aprovar em suas propostas orçamentárias a inclusão do impacto do PL 6613, reafirmando a decisão do STF, de que o Poder Executivo não pode fazer corte nas propostas orçamentárias do Poder Judiciário, como já assentado pelo Tribunal em mais de uma ocasião, mas se houver o corte, a questão pode ser judicializada. O diretor-geral salientou que o único órgão que ainda não havia se posicionado a respeito até aquela data era o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que segundo ele, a Presidência do TST aguardava um contato da Presidência do STF.

## Só a luta garantirá o PCS

O diretor-geral do Supremo Tribunal Federal Alcides Diniz afirmou que a posição do STF na questão do orçamento é muito importante porque confirma que só o Congresso Nacional pode alterar o que foi pedido.

Foto: Gil Ferreira/Sintajufe Ceara



**O DG disse também que a partir de 1º de setembro é o momento exato de uma grande mobilização da categoria, pois nesta data o projeto de lei de orçamento anual para 2012, começará a tramitar no Congresso Nacional, e disse ainda que temos até dezembro do corrente ano para aprovar o PL 6.613/2009**



Diretor-Geral do STF, Alcides Diniz e o secretário de RH, Amarildo Oliveira, receberam Roberto Ponciano

Ele ressaltou que agora chegou a hora de trabalhar junto com o Poder Legislativo para manter o montante requerido pelo Poder Judiciário, e que o Executivo não tem prerrogativa constitucional para fazer qualquer tipo de alteração se a proposta obedecer aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O DG disse também que a partir de 1º de setembro é o momento exato de uma grande mobilização da categoria, pois nesta data o projeto de lei de orçamento anual para 2012, começará a tramitar no Congresso Nacional, e disse ainda que temos até dezembro do corrente ano para aprovar o PL 6.613/2009, e que para o Judiciário a única opção é o PL 6613. O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano lembrou que nos outros PLs a greve da categoria também conseguiu vencer a resistência do Executivo.

A postura do Executivo de não querer dar reajuste algum, com o descumprimento do acordo feito pelo então presidente Lula (que se comprometeu em negociar o PCS após as eleições presidenciais, mas não o fez) e com a falta de resposta do então ministro do Planejamento, Paulo Bernardo – à proposta de inclusão do PCS a partir do orçamento de 2011, dividido em 4 parcelas semestrais – levou o Supremo a reafirmar uma decisão de 1989, reiterada em 1996 e 1997, de que o Executivo não tem autonomia para cortar o orçamento do Poder Judiciário. Desta forma as

propostas fossem enviadas diretamente pelo STF com o impacto total para a implementação com o pagamento de uma única vez. Alcides Diniz considera que isto fará com que o Executivo estabeleça uma negociação, por conta da possibilidade de uma possível derrota nas Casas do Congresso Nacional.

## STF afirma: emenda do subsídio é inconstitucional

Foto: Anajustra



**Amarildo lembrou que a promessa feita pelos líderes do movimento pró-subsídio era de implementação em uma única vez e a negociação no MPU, segundo informações, aponta para um parcelamento em quatro anos, enquanto o PL do STF segue com uma única parcela, sendo sobre todos estes aspectos superior à proposta do subsídio**

Alcides e Amarildo reafirmaram a posição do STF contra o subsídio. Eles reiteraram que a emenda apresentada pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) é inconstitucional por vício de iniciativa. Perguntados pelo presidente do Sisejufe, Roberto Ponciano, sobre o parecer técnico do Supremo de inconstitucionalidade da proposta, eles disseram que a fizeram por determinação do presidente Cezar Peluso, que é quem assina o ofício encaminhando o parecer. E que esta é a posição não só do ministro, mas também da Corte, a de que a prerrogativa de requerer essa alteração na forma de remuneração dos servidores é exclusiva do Poder Judiciário.

Segundo eles, este tipo de vício já levou a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal a rejeitar proposta de alteração da carga horária dos servidores do PJU da área de saúde, à revelia do Poder Judiciário, e ainda lembraram dos vetos no último PCS, que aconteceram porque o STF não tinha conhecimento prévio sobre tais alterações nem concordava com elas.

Alcides Diniz disse ainda que há um problema muito grave no projeto do MPU, já que a assessoria da Câmara já disse que não é possível emendar o projeto atual, e terá de ser encaminhado um substitutivo, levando a que o projeto do MPU volte à estaca zero, e que não há possibilidade de aumento do MPU por meio de subsídio neste momento, pois efetivamente a

# 13 é a única alternativa

unanimidade aprovou a inclusão dos recursos na proposta orçamentária do STF para 2012

aprovação do projeto do órgão tem as mesmas dificuldades do nosso projeto: que é a oposição do Executivo a qualquer aumento agora, sendo por via de subsídio ou não. Amarildo afirmou que há muita desinformação a respeito da proposta de aumento para o cargo de nível médio, pois, diferentemente dos valores que constam da emenda do deputado Reginaldo Lopes, a proposta do Poder Executivo é de adoção do mesmo subsídio pago ao nível médio do ciclo de gestão, ou seja, de R\$ 8.449,13, bem inferior ao do valor de técnico na proposta.

Segundo eles, os líderes do movimento pró-subsídio até hoje não apresentaram quem avaliza aquela proposta de salário de técnico superior ao ciclo de gestão. O Ministério do Planejamento não aceita discutir um valor de subsídio maior. Amarildo lembrou também que a promessa feita pelos líderes do movimento pró-subsídio era de implementação em uma única vez e a negociação no MPU, segundo informações, aponta para um parcelamento em quatro anos, enquanto o PL do STF segue com uma única parcela, sendo sobre todos estes aspectos superior à proposta do subsídio.

Segundo Alcides, a emenda do deputado Reginaldo Lopes não foi negociada com ninguém do STF, assim sendo, a posição irreversível da Corte é o PL 6613, já reiterada em plenário. Portanto, qualquer movimento que divida a categoria agora só vai retardar a negociação do projeto. Amarildo afirmou também que não existe fiador desta proposta de aumento superior ao ciclo de gestão para técnicos no subsídio, sendo o PL 6613 bem superior, e que a tabela do Planejamento prejudica substancialmente os técnicos judiciários, que na tabela do ciclo de gestão não passariam de R\$ 8.400,00 em quatro anos, mais os que defendem não informam isso da maneira correta.

Em agenda oficial no Rio de Janeiro, em 26 de julho, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski informou ao diretor do Sisejufe e coordenador executivo da Fenajufe Valter Nogueira Alves que, juntamente com o deputado federal Roberto Policarpo (relator do PL 6613 na CFT), tem se reunido com várias lideranças tanto do Congresso Nacional quanto do Executivo para a aprovação do PCS4. O presidente do TSE disse também que incluiu os valores necessários para a aprovação do PCS4 no orçamento de 2012 da Justiça Eleitoral



Foto: Tatiana Lima

## Lewandowski reafirma defesa do PCS original e diz que não faz sentido defender subsídio

Na noite de 5 de agosto, em reunião com os coordenadores da Fenajufe Jean Loiola, Antônio Melquíades (Melqui), Jacqueline Albuquerque e Cleo Vieira, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski, informou que o pleno do tribunal iria votar sua proposta orçamentária na sessão de 9 de agosto, contemplando os valores do Plano de Cargos e Salários da categoria. De acordo com o ministro, que reafirmou a defesa do projeto original, enviado pelo STF ao Congresso Nacional, o TSE seguirá a orientação do Supremo e, após a aprovação da peça orçamentária, enviará o ofício à Presidência da República.

Perguntado pelos coordenadores da Fenajufe sobre declarações feitas durante reunião em Cuiabá, na qual teria sugerido um reajuste de 15%, Lewandowski afirmou que sua defesa é a do PL 6.613 e que sua declaração, da forma como foi divulgada por algumas associações, foi descaracterizada e ficou fora do contexto original, não ilustrando de fato a sua posição.

O presidente do TSE avaliou que “não faz sentido a defesa de subsídio, à medida que o STF firma, de maneira unânime e inequívoca, sua posição em defesa do PL original em sessão

**Presidente do TSE: “Não faz sentido a defesa de subsídio, à medida que o STF firma, de maneira unânime e inequívoca, sua posição em defesa do PL original”**

administrativa na última quarta-feira”. “O passo dado pelo Supremo foi muito importante e a proposta do TSE dirá o mesmo. Nós já temos o PL que tramita no Legislativo e os recursos aprovados pelo STF, cujo entendimento será seguido pelo TSE”, ressaltou o ministro, reafirmando sua defesa ao PCS.

No encontro, os coordenadores da Fenajufe reforçaram o pedido, já feito ao ministro em encontros anteriores, para que ele ajude no processo de negociação capaz de garantir o acordo necessário para aprovar o projeto. Em resposta a essa reivindicação, o presidente do TSE informou que continuará

se empenhando para ajudar nas negociações entre o Judiciário e o Executivo e que nas próximas semanas deverá procurar lideranças partidárias no Congresso.

Sobre a proposta orçamentária contendo os valores do PCS, a diretora geral do TSE, Patrícia Land, informou que os demais tribunais vão adotar o mesmo procedimento. “Estamos trabalhando pela uniformidade e, por isso, temos conhecimento que todos os tribunais vão trabalhar no mesmo sentido da decisão do STF. Essa estratégia provavelmente terá repercussão positiva no processo de negociação”, disse Patrícia Land.

“O STF, ao pautar o assunto na sessão administrativa confere peso a sua posição, uma vez que a decisão deixa de ser apenas do presidente, ministro Peluso, e passa a ser do colegiado, composto por onze ministros. E, mais do que isso, como norteia os demais tribunais, reforça que é a posição de todo o Poder Judiciário e, dessa maneira, passa a exigir do Poder Executivo o respeito a sua autonomia. Esse enfrentamento não foi feito no ano passado e politicamente devemos aproveitar o momento para resolver o impasse quanto às negociações”, avalia Jean Loiola. [Fonte: Leonor Costa/Imprensa Fenajufe]

### Servidor presente em reunião de Cuiabá desmente CPS

O servidor Nilson Fernando Gomes Bezerra, Secretário de Administração e Orçamento do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso (TRE-MT), encaminhou à categoria um e-mail em que desmente o publicado no informativo eletrônico da Comissão Pró-Subsídio – ele esteve presente ao encontro com o ministro Lewandowski em Cuiabá. De acordo com

Gomes Bezerra, “quase todas as informações mencionadas no panfleto são inverídicas, tendenciosas ou contam meias-verdades”. A íntegra da mensagem do servidor de Mato Grosso, inclusive com uma comparação item a item do que o ministro falou e de como a CPS distorceu as declarações dele, está disponível na página de internet do Sisejufe.

# Chapa 1 – MAIS Sisejufe vence a eleição para a diretoria do sindicato no triênio 2011-2014

Max Leone, Tatiana Lima e Henri Figueiredo\*

Os três dias de eleições para a diretoria do Sisejufe no triênio 2011-2014 transcorreram com tranquilidade e transparência e, na avaliação da Comissão Eleitoral, o processo cumpriu plenamente suas funções: consolidou o sindicato como legítimo representante da categoria e aprofundou a democracia sindical. O pleito se deu nos dias 2, 3 e 4 de agosto e a apuração dos votos foi feita no dia 5 de agosto, na sede do sindicato. Dos 4.928 votantes aptos a participar do pleito, houve 2.784 votos, ou seja, um quorum de 56,5%, ficando acima do determinado pelo Estatuto do sindicato – que é de 50%. A Chapa 1 – MAIS Sisejufe venceu as eleições com 56,02% dos votos contra 43,98% da chapa de oposição Mudar para Conquistar. O coletivo vitorioso reúne membros da atual diretoria do sindicato, está presente em todas justiças e segmentos e agrega um grande número de ativistas sindicais que pela primeira vez vai dirigir o Sisejufe: dois terços dos 31 novos diretores sindicais nunca integraram uma diretoria sindical.

Às 17h de sexta-feira, 5 de agosto, a Comissão Eleitoral divulgou a Ata de Apuração das Eleições. O escrutínio foi presidido pela desembargadora federal Amélia Valadão Lopes (aposentada do TRT), a convite da Comissão Eleitoral. Dos 2784 votos totais, 2716 foram considerados votos válidos, isto é, conferidos a uma ou outra chapa. A chapa MAIS Sisejufe recebeu 1534 votos e a chapa Mudar para Conquistar recebeu 1182 votos. Houve ainda 15 votos brancos e 53 votos nulos. Apurou-se também o resulta-

do da eleição dos representantes sindicais, sendo verificado o seguinte total: Bruno Guarischi e Benevides, 442 votos; Flávio Furtado 375 votos; Carlos Eduardo Nani 41 votos; Isaías Iack Ximenes 63 votos; Márcio Loureiro Cotta 94 votos; Alexander Vieira 121 votos; João Roberto de Oliveira 50 votos; Sérgio da Silva Feitosa 39 votos; Alberto Carlos Dias Osório 54 votos; Marcos Valério Raposo 86 votos; João Ronaldo Mac-Cormick 34 votos; Fernando Baêta Meyas 80 votos; Eudes Magalhães Junior 12 votos.

## Pleito teve 52 urnas e mobilizou 104 mesários, além dos fiscais de cada chapa

O primeiro dia das eleições aconteceu em 2 de agosto, e começou mobilizando uma grande força-tarefa que incluiu 104 mesários responsáveis por 52 urnas (fixas e itinerantes) na Capital e no Interior do estado; todo o corpo funcional do sindicato, em especial os departamentos de Administração, Jurídico e de Imprensa; os fiscais recrutados pelas chapas concorrentes; e a Comissão Eleitoral – responsável por todo o processo – que foi formada por três servidores que não integram nenhuma chapa, por um representante de cada chapa concorrente e pela secretária da

comissão. No início da manhã, a Comissão Eleitoral distribuiu, uma a uma, as urnas que, depois de conferidas pelos mesários, seguiram para os pontos fixos ou começaram a cumprir o itinerário previamente definido (caso das itinerantes). A primeira urna saiu da sede do Sisejufe às 7h30min com destino a Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, no Norte Fluminense. Às 9h44min, o primeiro voto das eleições foi depositado na urna fixa nº 1, na sede do Sisejufe, pela servidora aposentada do TRT Lygia de Siqueira Porto, de 64 anos. Ela adiou uma viagem a



Foto: equipe de comunicação da Chapa Mais Sisejufe

REPRESENTANTES SINDICAIS ELEITOS		
Candidatos	Local	Nº de votos
BRUNO GUARISCHI	TRF – Rua do Acre	442
FLAVIO FURTADO	TRF – Rua do Acre	375
CARLOS EDUARDO NANI	JF – Rio Branco (Anexo 1 e 2)	41
ISAÍAS IACK XIMENES	JF – Rio Branco (Anexo 1 e 2)	63
MÁRCIO LOUREIRO COTTA	JF – Rio Branco (Anexo 1 e 2)	94
ALEXANDER VIEIRA OLIVEIRA	JF – Almirante Barroso	121
JOÃO ROBERTO DE OLIVEIRA	TRT – CAPITAL	50
SÉRGIO DA SILVA FEITOSA	TRT – CAPITAL	39
ALBERTO CARLOS OSÓRIO	TRE – CAPITAL	54
MARCOS VALERIO RAPOSO	TRE – CAPITAL	86
JOÃO MAC-CORMICK DA COSTA	REGIÃO DOS LAGOS	34
FERNANDO BAÊTA MEYAS	BAIXADA FLUMINENSE	72
EUDES MAGALHÃES JUNIOR	TRÊS RIO	12
	<b>Votos nulos</b>	49
	<b>Votos brancos</b>	164

São Paulo, inicialmente marcada para o dia 2 de agosto à noite, para poder votar.

O colégio eleitoral neste pleito foi de 4.928 servidores do Judiciário Federal – que equivale ao total de sindicalizados até o dia 5 de abril de 2011. Todos os que se sindicalizaram a partir daquela data não puderam votar nessa eleição, de acordo com os prazos determinados pelo Estatuto do Sisejufe.



Foto: Henri Figueiredo

Neste ano, o TRE não disponibilizou urnas eletrônicas para a eleição sindical



**O clima de tranquilidade marcou a manhã da terça-feira, 2 de agosto, primeiro dia de votação. Com urnas instaladas nos acessos de prédios do Judiciário Federal, no Rio, os servidores começaram a votar cedo assim que as primeira urnas foram abertas. Militantes das duas chapas dividiram espaço nas panfletagens próximo aos locais de votação**



Na porta do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), na rua do Acre, por exemplo, a disputa por eleitores foi acirrada. Representantes das duas chapas tentaram um último convencimento dos colegas indecisos e explicaram a importância de se atingir um bom volume de votos já no primeiro dos três dias de eleição. De acordo com as normas estatutárias, o quorum para validar o pleito deve ser de 50% do total do colégio eleitoral. As lideranças de ambas as chapas e a Comissão Eleitoral estavam confiantes de que se alcançaria esse quociente antes do terceiro dia de votação, na quinta-feira, 4 de agosto.

“Isso é a democracia. Vamos votar para renovar ou manter o que já está bom. O mais importante, no entanto, é fortalecer o nosso sindicato para que tenha condições de lutar por todos

nós, sem divisão”, afirmou a técnica judiciária Mônica Bastos, de 43 anos, ao assinar a lista de votantes no TRF da 2ª Região, ressaltando ser a terceira eleição que participa para eleger diretorias do Sisejufe.

A disputa no TRF foi voto a voto. As duas chapas distribuíram material informativo, mas sempre respeitando o clima de cordialidade e tranquilidade que dominou a eleição sindical. Nas duas urnas instaladas no TRF, até às 13h27, 192 servidores sindicalizados já haviam votado. Deste total, foram apenas nove votos em separado, ou seja, quando o eleitor vota fora de sua lotação original. No TRF, 820 sindicalizados estavam aptos a votar.

“A disputa aqui (no TRF) está muito interessante. Tem muita boca de urna, com os votos

sendo disputados um a um. A receptividade dos servidores também é positiva. O processo eleitoral está transcorrendo normalmente”, afirmou a diretora do Sisejufe Mariana Liria – candidata à reeleição pela Chapa 1. Pela oposição, o candidato da Chapa 2, o analista judiciário José Luiz Cuiabano, ressaltava a importância de um processo democrático. “A polarização de duas chapas é reflexo do atual momento que a categoria vive. Se estiver dividida fica enfraquecida”, disse o candidato.

Técnico judiciário do TRF desde 2005, André Esteves de Andrade, de 33 anos, votou logo após o meio dia na entrada do tribunal. O servidor acompanhou o processo eleitoral e a disputa das duas chapas. Ele classificou como de “total importância a participação de todo

o funcionalismo na eleição”. “É importante participar para fazermos boas escolhas. Assim o sindicato vai poder lutar não só por salário, como também melhores condições de trabalho”, afirmou Andrade, logo após depositado o seu voto na urna.

Nos prédios da Justiça Federal da avenida Venezuela, na Região Central do Rio, uma pequena fila se formou na abertura das urnas às 10h23min daquela terça-feira, 2 de agosto. Mas logo que os servidores começaram a votar o processo transcorreu sem maiores demoras. Até às 12h55min, 71 servidores já haviam votado, sendo que 40 na lista nominal e 31 em listagem em separado. No Foro da avenida Venezuela estavam cadastrados para votar 372 sindicalizados.

Para o técnico judiciário André Luís Gonçalves, sindicalizado

há 15 anos e lotado na Subsecretaria de Cálculos Judiciais (SCA), é fundamental os servidores participarem do momento eleitoral. “O sindicato é muito importante porque é a entidade que representa e defende os interesses da categoria. Temos que estar presentes e participar deste momento em que escolhemos nossos líderes. É a nossa responsabilidade e não podemos fugir dela”, opina Gonçalves.

De acordo com Alexandre Fonseca, também técnico judiciário, lotado na 6ª Vara de Execução Judicial, no Bloco B do Foro da avenida Venezuela, é importante que o servidor participe das definições das políticas do sindicato: “É preciso que haja sintonia com os anseios da categoria”, defendeu Fonseca, que tem 13 anos de funcionalismo público.

## A consciência de que o quorum é importante

Desde a Assembleia Geral que instalou a Comissão Eleitoral, no primeiro semestre, há o apelo a todos os envolvidos na disputa de que, além do debate político natural a qualquer eleição democrática, se leve em conta a necessidade de mobilizar a categoria para o voto. O custo elevado de um pleito transparente e o mais abrangente possível estava estimado em R\$ 100 mil – de acordo com previsão orçamentária aprovada em assembleia de planejamento financeiro e prestação de contas do sindicato realizada no primeiro trimestre de 2011.

Nesse espírito de politização foi que o agente de segurança João Nelson de Almeida, da Justiça Federal da avenida Almirante Barroso, no Centro do Rio, depositou seu voto menos de uma hora depois da abertura da urna



**João Nelson de Almeida: “Não se deve fugir da responsabilidade”**

no seu foro. Desde 1997 na JF, e sindicalizado após o ingresso no serviço público, Almeida considera “uma obrigação” a participação eleitoral do sindicalizado. “Temos que escolher logo para termos nossos representante, não se pode deixar para o segundo dia. Assim como não se deve fugir da responsabilidade”, disse ele – que votou em todas as eleições sindicais dos últimos 14 anos.

A técnica judiciária Mônica de Oliveira Boente também deu exemplo. Há 17 anos sindicalizada, a servidora da Subsecretaria de Informação e Documentação (SID) da JF nunca deixou de votar. “Somente participando vamos poder mudar alguma coisa. Se nós acreditamos no sindicato, temos que vir votar. E se não acreditamos, é preciso entrar para o sindicato e tentar melhorá-lo”, defendeu.

## Fila para votar no TRE

Na sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio de Janeiro, tinha 294 servidores aptos a votar, houve até a formação de uma pequena fila para votação nos primeiros minutos da tarde de terça, 2 de agosto. Foi na urna fixa do TRE que votou o auxiliar judiciário Leandro Silveira Barreto, de 30 anos e há 10 na Justiça Eleitoral. “É a terceira eleição que participo. Acho essencial participar do processo para poder adquirir todos os benefícios que a categoria deseja, a partir da eleição de uma chapa que vise realmente os interesses da categoria”, explicou Barreto.

O técnico judiciário Fábio Lami, lotado na Secretaria de Administração do TRE, foi outro servidor que com uma década de sindicalização, sempre participou das eleições. “Acho que votar logo no primeiro dia facilita o trabalho de todo mundo. Quanto mais as pessoas forem se adiantando é melhor até para evitar qualquer problema. Então, a dica para aos colegas é que votem hoje, de preferência”, defendeu Lami. Segundo ele, ao menos no TRE, o clima era de bastante motivação com a eleição do Sisejufe.



O Colégio Eleitoral neste pleito foi de 4928 servidores filiados ao Sisejufe – que equivale ao número de sindicalizados até o dia 5 de abril de 2011, de acordo com os prazos estatutários

## Segundo dia de votação quase alcança o quorum estatutário

A quarta-feira, 3 de agosto, de eleição acabou com, ao menos, 754 votos contabilizados. Junto com os 1577 votos depositados na terça-feira, primeiro dia de eleição, o total já era de 2331 votantes, sem a contabilização dos votos de cinco urnas itinerantes que estavam percorrendo o interior do estado do Rio de Janeiro. O número total de votantes, portanto, já estava bem próximo de atingir o quorum.

Uma das eleitoras da quarta-feira, dia 3 de agosto, a analista judiciária Liliane Vinhas Silva da Costa, de 36 anos, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), na avenida Rio Branco, ressaltou a importância de a categoria participar. A servidora, que tomou posse na Justiça Federal em janeiro deste ano, assinou a ficha de sindicalização logo depois de assumir o cargo, fazendo questão de integrar o quadro de filiados ao Sisejufe.

Até às 16h43 daquela quarta, 3 de agosto, a urna do Anexo 2 do prédio, havia coletado 152 votos nos dois primeiros dias de votação. A listagem tem 296 votantes. No Anexo 1, dos 168 servidores listados para votar, 101 já haviam cumprido seu dever eleitoral. “Temos que participar votando. Até porque, a chapa vencedora é a que vai defender nossos interesses. Como servidora



Às 9h44min de terça-feira, 2 de agosto, foi depositado o primeiro voto das eleições do Sisejufe na urna fixa nº 1 – na sede do sindicato. O voto foi da servidora aposentada do TRT Lygia de Siqueira Porto, de 64 anos (foto). Ela adiou uma viagem a São Paulo, inicialmente marcada para o dia 1º de agosto, para poder votar

do Judiciário, que é um poder por excelência que existe para dirimir conflitos, tenho que me posicionar”, afirmou a servidora Liliane Vinhas da Silva Costa.

A técnica judiciária Beatriz Leão Vaz, de 42 anos, também não deixou de participar e contribuir para que o quorum fosse atingido. Com 16 anos de Justiça Federal, ela acompanhou as discussões das chapas para decidir em qual votar. “Como em qualquer processo eleitoral democrático há debate, defesa de ideias. É importante participar. Além do nosso PCS, tem muita coisa em jogo que o sindicato precisa defender”, explicou.

Vera Lúcia Alencar, técnica judiciária há 21 anos, hoje no TRF2, acredita que neste momento, as pessoas devem se conscientizar do seu papel e comparecer as urnas. “Sou sindicalizada há três anos mas isso só aqui no Rio. Vim de Brasília e sempre fui sindicalizada. Transferi minha sindicalização para o sindicato daqui porque acredito na necessidade de fortalecer a luta dos servidores”, ponderou a servidora.

A técnica judiciária Ana Leandro, lotada no TRF e com 22 anos de serviço público, também destacou a importância do voto, logo após depositá-lo na urna. “Os servidores sindicalizados devem seguir o exemplo das eleições oficiais e

não deixar de participar deste momento cívico. É importante escolhermos nossos líderes. E podemos fazer isso através do voto. Precisamos de um sindicato que irá lutar pelos nossos anseios”, afirma Ana Leandro.

No Foro da Venezuela, 371 servidores sindicalizados eram esperados para votar nos Blocos A e B. Até a tarde de quarta-feira, 3 de agosto, 209 haviam votado. Leonardo Fonseca, técnico judiciário do 4º Juizado Federal Civil, defendeu que a categoria votasse para garantir um sindicato coeso: “Tenho mobilizado os colegas a votarem principalmente porque o custo da eleição é grande e é importante garantir o quorum”.

Paulo Evaristo, técnico judiciário lotado há um mês na seção de Execução Fiscal, mas com 20 anos de serviço público e de filiação ao sindicato, chegou sorridente e depositou seu voto na urna. Ele contou que faz questão de “votar em todas as eleições porque acredita que está é a melhor forma de garantir o processo democrático no sindicato”. Segundo Evaristo, “é através da democracia que podemos escolher aqueles aos quais acreditamos serem os melhores candidatos para dar prosseguimento na luta dos servidores e fazer um sindicato cada vez melhor”, destacou o servidor.

# Apuração foi encerrada por volta das 17h de sexta-feira, 5 de agosto

Fotos: Henri Figueiredo

O processo eleitoral para escolha de uma nova direção do Sisejufe transcorreu sem problemas e seguindo os preceitos democráticos. A avaliação foi feita por coordenadores e representantes da Fenajufe que acompanharam a campanha, a votação e a apuração dos votos. Na avaliação do coordenador-geral da Fenajufe, José Carlos Oliveira, a grande participação da categoria nas eleições demonstra que os servidores consideram importante influir nas decisões do sindicato.

“Vivemos um momento importante com as questões que afetam os servidores do Judiciário Federal. A grande participação do pessoal do Rio demonstra que a categoria está antenada com o sindicato. Sem dúvida, foi um processo democrático e transcorreu tranquilamente”, enfatizou Zé Oliveira (Sintrajufe-RS), que foi um dos representantes indicados pela Chapa 1 – MAIS Sisejufe para acompanhar a apuração dos votos.

Para o também coordenador-geral da Fenajufe Saulo Arcangeli, do (Sintrajufe-MA), o fato de o pleito ter ultrapassado o quorum, com cerca de 56%, representa a valorização do processo e o reconhecimento dos servidores da importância do sindicato. “A participação da categoria nas eleições mostra que os servidores do Judiciário Federal no Rio reconheceram o processo eleitoral e legitimaram a votação. Esperamos que a apuração também transcorra no mesmo clima democrático desses três dias de votação. E que a chapa vencedora conduza as lutas da categoria e tenha ótima gestão”, destacou Arcangeli,

indicado na apuração como representante da Chapa 2 – Mudar para Conquistar.

Confirmando o clima democrático que reinou desde o começo do processo eleitoral, Paulo Rios, membro do Conselho Fiscal da Fenajufe e da direção do Sintrajufe-MA, afirmou que todo o processo transcorreu dentro de legitimidade esperada. O dirigente, que também representava a Chapa 2, ressaltou, no entanto, que sentiu falta de pelo menos um debate entre os candidatos concorrentes antes das eleições para que a categoria pudesse avaliar melhor as propostas apresentadas.

“Não ficamos sabendo de nenhuma situação que desabone o processo eleitoral do Rio. Mas sentimos falta de um debate entre os candidatos para esclarecer melhor as propostas. Assim como também poderia ter sido adotado o financiamento de parte da despesas das chapas, com o sindicato contribuindo. Isso tudo, claro, com a aprovação da categoria. No mais, a eleição transcorreu na maior das normalidades”, afirmou.

## Escrutínio foi presidido por desembargadora do TRT

Após os três dias de votação, às 11h08 de sexta-feira, 5 de agosto, foi iniciado a apuração dos votos da eleição para direção do Sisejufe. Representantes e fiscais das Chapas 1 e 2, mesários e escrutinadores e membros das Comissão Eleitoral estiveram concentrados para começar a contagem dos votos. Cada detalhe para que o processo eleitoral tenha um desfecho como todos esperavam foram verificados. Com todos em suas posições, o presidente da Comissão Eleitoral, Og Carramilo Barbosa, declarou abertos os trabalhos.

Antes de iniciar a contagem, o presidente da Comissão explicou como seria o trabalho dali por diante. O objetivo era padronizar as ações de todo o pessoal envolvido no processo de apuração. “Fiscal não mete a mão em urna nem em voto. Se houver algum problema deve interpor recurso”, disse Og Barbosa logo no começo de sua explanação.



Na foto maior, no alto, em sentido horário: José Fonseca dos Santos (da Comissão Eleitoral, sentado); Zé Oliveira (coordenador-geral da Fenajufe); Valter Nogueira Alves (coordenador-executivo da Fenajufe); Saulo Arcangeli (coordenador-geral da Fenajufe). Abaixo, Paulo Rios (Conselho Fiscal da Fenajufe) com a camiseta da Conlutas; e os representantes de cada chapa acompanhando o andamento do escrutínio

O presidente detalhou os procedimentos de mesários e escrutinadores. “Abriu a urna, é preciso conferir o número de votos com o que consta na ata final para ver se houve algum procedimento questionável. Ver se a urna não foi violada. Separar os votos das chapas dos votos dos representantes”, explicou antes de começar a abertura das urnas.

Como já aconteceu nas eleições de 2008, novamente a Comissão Eleitoral convidou um magistrado para presidir os trabalhos. Dessa vez, o escrutínio foi presidido pela desembargadora federal aposentada do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) Amélia Valadão Lopes. A magistrada ressaltou a confirmação do Estado Democrático de Direito com a realização das eleições do Sisejufe. “Eu que presenciei os anos da ditadura militar enalteço a realização dessas eleições. Naquele tempo havia repressão aos sindicatos. Com a Constituição de 1988, no entanto, foi permitida a criação de sindicatos para servidores públicos. O Artigo 37 da Constituição garante ainda o direito de greve, que classifico como um ato que através do qual se conquista um direito. Que o vencedor não se agigante contra o vencido e mantenha o espírito democrático”, enfatizou em seu discurso.



Dra. Amélia Lopes: “Enalteço a realização dessas eleições

\*Da Redação.

# Comissão Eleitoral presta contas e parabeniza servidores pela participação nas eleições do Sisejufe

Og Carramilo Barbosa\*

A participação dos servidores do Judiciário Federal do Rio em todo o estado nas eleições para a nova direção do Sisejufe garantiu o êxito do processo eleitoral. Dos 4.928 votantes aptos a participar do pleito, houve 2.784 votos, ou seja, um quorum de 56,5%, ficando acima do determinado pelo Estatuto do sindicato. Desde o início, a Comissão Eleitoral buscou, dentro da sua esfera de competência, a transparência e a democracia para que a votação ocorresse na maior tranquilidade possível. E foi o que aconteceu nos três dias de votação. Com uma disputa limpa, sem maiores problemas, as duas chapas só se preocuparam em convencer o eleitorado de que suas propostas eram as melhores. Tudo como manda um bom processo democrático.

Mas de nada adiantaria isso se não fosse a participação dos servidores sindicalizados nas eleições. A categoria entendeu e percebeu a importância da mobilização para a votação, permitindo que o quorum fosse atingido sem transtornos. Os servidores garantiram e permitiram que o processo eleitoral democrático tivesse um desfecho vitorioso.

Temos que enaltecer a participação da nossa categoria nas eleições. Ao ser chamada para a votação, ela garantiu a continuidade do processo democrático e o fortalecimento do nosso sindicato. Conduzir um processo eleitoral tão importante não é tarefa das mais fáceis. E a Comissão Eleitoral soube levar à frente o pleito com tranquilidade, profissionalismo e segurança. Os números mostram a grandeza do processo e do trabalho realizado. Nos três dias de votação, os membros da comissão coordenaram 104 mesários (30 foram para o interior do estado), 12 escrutinadores, três seguranças, além dos 32 veículos alugados com motoristas.

Outro fator importante foi a utilização com responsabilidade

## As contas da eleição

**Diárias de mesários**  
**R\$ 31.100,00**

**Diárias de escrutinadores**  
**R\$ 1.200,00**

**Kits lanches de mesários**  
**R\$ 5.440,00**

**Refeições em viagens de mesários**  
**R\$ 3.360,00**

**Ajuda de custo em reunião de mesários**  
**R\$ 1.020,00**

**Faixas para eleição**  
**R\$ 2.040,00**

**Seguranças**  
**R\$ 400,00**

**Aluguel de carros**  
**R\$ 33.362,60**

**Café da manhã para mesários no Sisejufe**  
**R\$ 2.981,18**

**Editais das eleições**  
**R\$ 4.716,25**

**Despesas com hotéis para mesários e motoristas**  
**R\$ 16.958,90**

**Total**  
**R\$ 102.578,93**

dos recursos do Sisejufe. Ciente da previsão orçamentária para as eleições, a Comissão Eleitoral tomou todos os cuidados e providências para que o dinheiro da categoria fosse usado sem desperdício. Os gastos com todo processo eleitoral contabilizaram exatos R\$ 102.578,93, dentro da margem proposta pela assembleia da categoria.

Mantendo a total transparência, a Comissão Eleitoral informa como os recursos foram usados: R\$ 31.100,00 (diárias de mesários); R\$ 1.200,00 (diárias de escrutinadores); R\$ 5.440,00



Fotos: Henri Figueiredo



(kits lanches de mesários); R\$ 3.360,00 (refeições em viagens de mesários); R\$ 1.020,00 (ajuda de custo em reunião de mesários); R\$ 2.040,00 (faixas para eleição); R\$ 400 (seguranças); R\$ 33.362,60 (aluguel de carros); R\$ 2.981,18 (café da manhã para mesários no Sisejufe); R\$ 4.716,25 (editais das eleições); e R\$ 16.958,90 (despesas com hotéis para mesários e motoristas).

O processo de apuração, que transcorreu num clima de respeito e tranquilidade, contou com as presenças dos coordenadores da Fenajufe José Carlos Oliveira e Saulo Arcangeli; e Paulo Rios, membro do Conselho Fiscal da federação, da advogada Ludmila Maia, assessorando a Comissão Eleitoral e da desembargadora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) Amélia Valadão Lopes, que afiançaram a lisura do processo eleitoral.

Para a Comissão Eleitoral, o processo cumpriu plenamente suas funções: consolidou o sindicato como legítimo representante da categoria e aprofundou a democracia sindical. Agradecemos a todos os que contribuíram com o êxito das eleições. Agradecemos sobretudo a nossa categoria, que mais uma vez demonstrou maturidade e espírito de participação.

O processo eleitoral cumpriu plenamente suas funções: consolidou o sindicato como legítimo representante da categoria e aprofundou a democracia sindical

Presidente da Comissão Eleitoral